

RESUMO - EIXO TEMÁTICO 2 - PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO, GESTÃO E PROJETO - MÉTODOS DE LEITURA, IDENTIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO DA PAISAGEM / FORMAS DE ACAUTELAMENTO, SALVAGUARDA OU PROTEÇÃO / FORMAS DE INTERVENÇÃO E CONSERVAÇÃO / PLANOS DE GESTÃO / A PERSPECTIVA DA PAISAGEM URBANO-HISTÓRICA (HUL) / APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO EUROPEIA DA PAISAGEM / ESTRATÉGIAS NACIONAIS E LOCAIS DE PAISAGEM NA IBERO AMÉRICA / CONHECIMENTOS TRADICIONAIS AGROBIODIVERSIDADE E TERRITÓRIO / SATS E PATRIMÔNIO / CULTURA ALIMENTAR / O PROJETO DA PAISAGEM / CIDADANIA PAISAGÍSTICA / DIREITO À PAISAGEM E DIREITO DE PAISAGEM / POLÍTICA E PAISAGEM / PAISAGEM E DIREITO À CIDADE E AOS TERRITÓRIOS / PAISAGEM COMO RECURSO POLÍTICO, ECONÔMICO E/OU IDENTITÁRIO / PAISAGEM E CONFLITOS.

PAISAGEM CULTURAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: PENSANDO A GESTÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Bruno Vinícius Da Silva Souza (brunovino@gmail.com)

Unidades de Conservação são Áreas Protegidas, com limites definidos, criadas com objetivos relacionados à conservação socioambiental. São amostras de territórios e maretórios que possuem atributos naturais, geomorfológicos, espelelógicos e arqueológicos de grande relevância. E, sobretudo, são locais de presenças humanas. No Brasil, atualmente são 334 Unidades de Conservação Federais, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o ICMBio. A Lei 9.985/2000, institui o Sistema Nacional de

Unidades de Conservação, o SNUC. É a legislação que rege a gestão destes locais e contém diretrizes e objetivos relacionados à gestão dos diversos atributos, naturais, físicos e culturais. Com isso, entende-se que estas áreas protegidas são a (i)materialização dos conceitos relacionados às paisagens culturais, possuindo estreita consonância com o campo da arqueologia de paisagem que busca compreender, de modo multidisciplinar, a relação dos seres humanos com seus ambientes. Porém, na prática de gestão dos parques, reservas biológicas, reservas extrativistas, nota-se ainda um paradigma relacionado ao dualismo natureza e cultura. A categorização de UCs, inclusive, demonstra essa dualidade ao estabelecer a existência de áreas protegidas com e sem a presença humana, apesar dos inegáveis vestígios de ocupações e usos. Neste contexto, os sítios arqueológicos ainda são pouco estudados e possuem poucas diretrizes para a gestão. Esta percepção pode ser observada a partir da análise de Planos de Manejo. Estes são instrumentos criados para nortear, de forma estratégica e operacional, uma gestão para resultados, ou seja, efetiva. Um estudo, realizado em 2021, analisou planos de manejo de UCs no Mosaico do Espinhaço Meridional em Minas Gerais e demonstrou pouco conhecimento científico destas paisagens culturais. Os sítios arqueológicos registrados como elementos físicos destacados das paisagens onde se inserem e dos usos históricos e atuais. Os sítios arqueológicos são considerados, nestes documentos, locais que apenas precisam ser protegidos e visitados. Com isso, a noção arqueológica de paisagem cultural se esvazia na práxis do preservacionismo. Este cenário vem se alterando e atualmente estratégias interinstitucionais têm sido adotadas para considerar que as Unidades de Conservação são locais de múltiplas existências e relações. Acordos recentes envolvem o Ministério Público Federal e o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional e foram firmados para o reconhecimento destes espaços como construções culturais. Entre as ações previstas estão a realização de novos estudos arqueológicos, a gestão participativa e os direitos da autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais, considerando as naturezas do ser, dos saberes e fazeres. Planos específicos de gestão dos sítios arqueológicos também surgem como possibilidades que possam mudar este cenário e minimizar as ameaças advindas dos usos predatórios, como visitas desordenadas e exploração mineral.

Palavras-chave: paisagem cultural; unidades de conservação; patrimônio arqueológico.

